

**CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL**

**ATA N.º 27/2025**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**Vítor Manuel Dias Proença**

**VEREADORES:**

**Paulo Jorge Leitão Batista** – Vereador eleito pelo Partido Socialista

**Sílvia Gonçalves Nabais** – Vereadora do Partido Social Democrata

**Francisco Morais Esteves de Barros** - Vereador eleito pelo Partido Chega

**Amadeu Paula Neves** – Vereador do Partido Social Democrata

**José António Paulos Barros** - Vereador eleito pelo Partido Socialista

**Paulo José Nabais da Cruz** – Vereador do Partido Social Democrata

**JUSTIFICOU FALTA À PRESENTE REUNIÃO:**

Não se verificaram faltas de comparecimento

**HORA DE ABERTURA:**

**Dez horas**

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho

**SALDO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2025** ----->

**Op. Orçamental: 2.888.817,92€**

**Op. Não Orçamental: 1.057.221,54 €**

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Sabugal, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sabugal que teve início pelas 10:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

Verificada a existência de quórum para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o senhor **Presidente da Câmara, Vítor Manuel Dias Proença** presidiu a reunião tendo-a declarado aberta. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS DE MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

Não se verificaram faltas de comparência. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

**1. MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2026** -----

A Câmara Municipal **deliberou**, por unanimidade, aprovar a **Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos 2026**, documento registado sob o n.º 18258, datado de 05-12-2025. -----

**2. ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2026** -----

A Câmara Municipal **deliberou**, por maioria, **aprovar o Orçamento do Município para 2026, devendo o assunto ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal**. Na votação obtiveram-se os seguintes resultados: -----

----- 3 votos contra: dos Srs. Vereadores Paulo Batista, José Barros e Francisco Barros. -----

----- 4 votos a favor: do Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª Vice-Presidente da Câmara e Srs. Vereadores Amadeu Neves e Paulo Cruz. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** procedeu à apresentação, em simultâneo, do Orçamento do Município para 2026, bem como das Grandes Opções do Plano 2026-2031, efetuando a leitura de um documento explicativo, cujo teor se encontra integralmente reproduzido no anexo 1. -----



O Sr. **Vereador Paulo Batista** apresentou as seguintes questões: -----

- Apenas está previsto o montante de 19.000,00€ para o projeto de requalificação da Escola Secundária, estando o seu início previsto para 2028, pelo que solicitou esclarecimentos adicionais sobre as obras da Escola Secundária e se a obra terá ou não início em 2028; -----

- Questionou ainda a situação relativa à delegação de competências na área da educação para as autarquias, referindo que tem sido falada a eventual transferência de parte dessas competências para a CCDR, não estando claro se essa matéria se encontra já definida ou se existe apenas uma intenção nesse sentido; -----

- Nas ações relevantes, a rubrica serviços especializados está dotada de 620 mil euros, pelo que questionou se diz respeito ao contrato de gestão do Cró. -----

O Sr. **Vereador José Barros**, acerca das rendas das estruturas da água, questionou se o valor presente no orçamento é anual ou compensação dos anos transatos e qual o valor anual acordado. -----

Em resposta ao Sr. Vereador Paulo Batista, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que, relativamente à Escola Secundária, os 19 mil euros referem-se ao pagamento da última tranche da elaboração do projeto. O projeto ainda não se encontra finalizado, aguardando a emissão de diversos pareceres. A obra está identificada como prioritária no mapeamento do Ministério da Educação e será candidata a financiamento sinalizado na ITI da CIMRBSE, sendo necessária a conclusão do projeto para a sua submissão. O Sr. Presidente acrescentou que, se houver possibilidade, a obra poderá ser antecipada. -----

A Sr.<sup>a</sup> **Vice-Presidente da Câmara** acrescentou que se trata de um trabalho moroso, mas que o projeto se encontra na fase final. -----

No que respeita à delegação de competências, o Sr. **Presidente da Câmara** explicou que foi criada uma comissão com o objetivo de acompanhar financeiramente os custos suportados pelo município e os valores transferidos pelo Ministério da Educação. No entanto, referiu que a comissão nunca funcionou e que a verba recebida é insuficiente para cobrir os gastos, existindo atualmente um défice próximo de 400 mil euros. Quanto à transferência de competências para a CCDR, esclareceu que está prevista na lei, sendo que o problema principal será sempre o valor financeiro associado. -----

Relativamente ao Cró, o valor mencionado diz respeito à concessão anual. -----

Em resposta ao Sr. Vereador José Barros, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que, aquando do acordo de regularização da dívida da água, ficou definido que aquele montante corresponde ao ressarcimento que a Câmara receberá pela utilização prévia das infraestruturas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Acrescentou que a utilização futura das mesmas infraestruturas também será retribuída. ----

O Sr. **Vereador Francisco Barros** questionou a respeito da receita (página 3 do documento), nomeadamente os 52 mil euros do Programa a Custos Acessíveis, indagando se essa verba corresponde ao montante destinado ao programa. -----

Em resposta, a **Técnica Superior de Gestão e Administração Pública**, responsável pela elaboração técnica do documento, esclareceu que essa verba se refere ao único contrato-programa assinado com o IHRU, não podendo ser incluída na rubrica antes da assinatura efetiva dos contratos-programa. -----

No que respeita à despesa com pessoal, na página 1, o Sr. **Vereador Francisco Barros** questionou qual o peso dos custos do pessoal no orçamento, sendo que estão previstos cerca de 9 milhões de euros. O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que corresponde a aproximadamente 26,08% do orçamento. -----

O Sr. **Vereador Francisco Barros** questionou ainda a que se referem alguns itens com vários desdobramentos (por exemplo, "pessoal em qualquer outra situação" – 661 mil euros). -----

A **Técnica Superior de Gestão e Administração Pública** explicou que as rubricas do pessoal estão divididas por categorias, como remunerações, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, entre outras. Dentro de cada categoria, os valores estão subdivididos de acordo com o tipo de vínculo das pessoas com o município (ex.: titulares de cargos públicos, contratos a termo indeterminado, mobilidades, chefias e gabinete de apoio à presidência). Por fim, na página 12, referente à despesa, consta o somatório por capítulo, ao qual é acrescentado o valor relativo à Assembleia Municipal. -----

Após os esclarecimentos, o Sr. **Vereador Paulo Batista**, em representação dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, procedeu a uma análise aprofundada do documento, conforme consta do respetivo teor, que se encontra integralmente reproduzido no anexo 2. -----



Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que as obras e investimentos previstos no plano estratégico, ITI da CIM, PT 2030, PROVER, entre outros, não se conseguem executar num único ano, tratando-se de um plano com execução prevista entre 2026 e 2031. Acrescentou que alguns dos projetos, mencionados como não constantes no orçamento, efetivamente constam do mesmo e possuem financiamento garantido. Esclareceu ainda que, para assegurar o financiamento, os projetos devem estar devidamente inscritos no plano e no orçamento. -----

Relativamente à delegação de competências para as Juntas de Freguesia, informou que os valores a transferir são suficientes, tendo sido previamente discutidos em reunião com os Presidentes de Junta. Atualmente as Juntas de Freguesias, considerando a verba de Capital do Município, transferência legal de competências e Fundo de Equilíbrio Financeiro, recebem cerca de 4,2 milhões de euros. -----  
Acerca da EN 233, o Sr. Presidente da Câmara referiu que brevemente apresentará o projeto aos Srs. Vereadores. -----

No que se refere à estratégia de habitação, esclareceu que alguns projetos mencionados, embora não constem no Plano e Orçamento, estão em execução. Explicou que, à semelhança do financiamento decorrente da sequência dos incêndios, esses projetos não constam do Plano e Orçamento porque, à data da sua elaboração, ainda não tinham sido aprovados pelas entidades competentes. -----

Sobre a questão da eficiência da água, a Sr.<sup>a</sup> **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que existem dois estudos sobre o tema. O primeiro incide sobre as barragens do Sabugal e do Meimão e teve como objetivo reunir argumentos para, aquando da proposta de novos transvases para o Meimão, possibilitar o alargamento do Regadio da Cova da Beira. Esse estudo serve de base ao segundo, que envolve seis municípios e tem como ambição alargar o regadio utilizando a água do Sabugal, permitindo sustentar a posição de que tal não é possível. Referiu ainda que algumas das propostas constantes no primeiro estudo já foram implementadas. -----

O Sr. **Vereador Paulo Batista** questionou o motivo pelo qual algumas obras possuem rubrica própria e outras não. Em resposta, a técnica superior esclareceu que, aquando da elaboração do plano e orçamento, os projetos cujos custos são previamente conhecidos são inscritos em rubrica própria; caso contrário, os valores são incluídos numa rubrica genérica. -----

O Sr. **Vereador Francisco Barros** lamentou que o Sr. Presidente da Câmara não tenha disponibilizado previamente o documento aos Vereadores, conforme havia sido anunciado. Referiu que, embora o orçamento seja legítimo, isso não implica concordância, destacando a preocupação com as despesas correntes, que rondam os 68%, e com o aumento da despesa com o pessoal, que passará a cerca de 75%, limitando e estrangulando a capacidade da Câmara de investir. Acrescentou que as verbas genéricas (rubricas "Outros") apresentam valores expressivos, sendo difícil perceber a que se destinam. Em face destas considerações, informou que o seu sentido de voto será contra o orçamento, apresentando a declaração de voto, que se encontra integralmente reproduzida no anexo 3. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que a percentagem da despesa corrente não irá aumentar e que, relativamente ao ano anterior, registou-se uma diminuição. -----

Quanto às rubricas "Outros", a **Técnica Superior de Gestão e Administração Pública** explicou que se trata de um classificador obrigatório, que deve ser respeitado, acrescentando que os valores estão devidamente especificados nas Grandes Opções do Plano. -----

### 3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2031 -----

A Câmara Municipal **deliberou**, por maioria, **aprovar as Grandes Opções do Plano 2026-2031, devendo o assunto ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal**. Na votação obtiveram-se os seguintes resultados: -----

----- 3 votos contra: dos Srs. Vereadores Paulo Batista, José Barros e Francisco Barros. -----

----- 4 votos a favor: do Sr. Presidente da Câmara, Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara e Srs. Vereadores Amadeu Neves e Paulo Cruz. -----

Foi apresentada declaração de voto pelo Sr. Vereador Francisco Barros, cujo teor consta no anexo 1. ----

O Sr. **Vereador José Barros**, em representação dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, usou da palavra para se pronunciar sobre as Grandes Opções do Plano (GOP's), apresentando as suas considerações e análise sobre o documento em apreciação, cujo teor consta do anexo 4. -----

### 4. NORMA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2026 -----



A Câmara Municipal **deliberou**, por maioria, **aprovar a Norma de Execução do Orçamento 2026, devendo o assunto ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal.** -----

Na votação obtiveram-se os seguintes resultados: -----

----- 1 abstenção do Sr. Vereador Francisco Barros. -----

----- 6 votos a favor: do Sr. Presidente da Câmara, Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara e Srs. Vereadores Paulo Batista, José Barros, Amadeu Neves e Paulo Cruz. -----

**5. ARTIGO 30.º DA NORMA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2026 'ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS'** -----

A Câmara **deliberou**, por maioria, **aprovar o artigo 30.º da Norma de Execução do Orçamento de 2026 'Assunção de compromissos plurianuais'**, conforme recomendação de Tribunal de Contas, **devendo o assunto ser remetido à aprovação da Assembleia Municipal:** -----

**"Artigo 30.º - Assunção de compromissos plurianuais:** -----

1. *Para efeitos do previsto na alínea c), do nº1, do art.º 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Leiº 99/2015, de 2 de junho e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista ou de acordo com a sua reprogramação, e ainda os compromissos plurianuais de despesas certas e permanentes em que o valor do compromissos plurianual se situa, em cada ano, entre os 99.759,58€, cuja autorização foi delegada no presidente da câmara, e os 200.000,00€. -----*
2. *Conforme nº 2 do artigo 12º do no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, esta autorização não abrange os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa. -----*

3. O serviço requisitante da despesa, que implique compromissos plurianuais, deverá verificar se a mesma é abrangida ou não por esta autorização, incluindo essa informação na proposta inicial para a realização da despesa." -----

Na votação obtiveram-se os seguintes resultados: -----

----- 1 abstenção do Sr. Vereador Francisco Barros. -----

----- 6 votos a favor: do Sr. Presidente da Câmara, Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara e Srs. Vereadores Paulo Batista, José Barros, Amadeu Neves e Paulo Cruz. -----

**5. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2026** -----

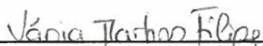
A Câmara Municipal **deliberou**, por maioria, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2026, devendo o assunto ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal**. Na votação obtiveram-se os seguintes resultados: -----

----- 1 abstenção do Sr. Vereador Francisco Barros. -----

----- 6 votos a favor: do Sr. Presidente da Câmara, Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara e Srs. Vereadores Paulo Batista, José Barros, Amadeu Neves e Paulo Cruz. -----

O Sr. **Vereador Paulo Batista** solicitou esclarecimentos sobre o objetivo da criação de 10 novos lugares para o ensino pré-escolar, básico e secundário. -----

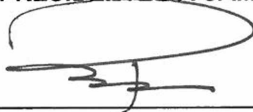
A Sr.<sup>a</sup> **Vice-Presidente da Câmara** explicou que existe um problema nas escolas relacionado com baixas prolongadas, que dificulta a substituição de pessoal. Acrescentou que, para colmatar essas falhas, é possível abrir um concurso e criar uma bolsa de pessoas sem vínculo efetivo. -----

--- Sendo doze horas e dez minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião da qual, para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada por mim,  
 Vânia Martins Filipe, Técnica Superior, que a lavrei, e



pelo senhor **Presidente da Câmara**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**



\_\_\_\_\_  
- Vitor Manuel Dias Proença -

### Anexo 1

#### **Intervenção do Sr. Presidente da Câmara**

"Os Documentos Previsionais foram elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos para o ano 2026, aprovados em reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2025. -----

A definição dos objetivos de gestão decorre da missão e visão definida, da revisão do Plano Estratégico Sabugal 2035 e da sua interceção com as oportunidades de financiamento resultantes, do arranque do novo Quadro de Financiamento Comunitário 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência, da I.T.I. - Intervenção Territorial Integrada e do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – PE@CIMBSE 2030, do Plano de Cooperação Transfronteiriço e das redes colaborativas temáticas em que o Município participa. PróRaia, das estratégias PROVERE da Associação das Aldeias Históricas de Portugal, da Associação das Termas de Portugal, do iNature (Áreas Protegidas), da Associação de Municípios da Cova da Beira (Ordenamento, Ambiente, Energia e Proteção Civil), do INTERREG, da Comunidade de Trabalho BINSAL, da Rede de Judiarias de Portugal, da Associação Territórios do Côa, da AIGP (Área Integrada de Gestão de Paisagem), da Cogestão RNSM, do CETS (Carta Europeia do Turismo Sustentável com os Municípios de Almeida e Penamacor, ICNF e Turismo de Portugal). -----

**A definição dos objetivos estratégicos assenta na missão, na visão e nos desafios a enfrentar e que se apresentam: -----**

- 1) **Missão:** Promover a coesão e competitividade territorial, **valorizar** as pessoas, **preservar** o património cultural e a identidade local e **melhorar** a qualidade dos serviços prestados. -----
- 2) **Visão:** **Conter** o despovoamento, **atrair** investimentos que criem emprego e fixem população no concelho, **assegurar** o desenvolvimento e a contínua elevação da qualidade de vida dos cidadãos, **apostar** no equilíbrio ambiental e na eficácia dos recursos, **reforçar** a sustentabilidade e a resiliência, **reforçar** a qualificação do espaço público e **promover** a reabilitação urbana. -----
- 3) Dos **novos desafios e cenários conjunturais**, bem como da consulta aos serviços municipais e recolha de contributos em matéria de projetos a desenvolver em 2026. -----

Decorrente da missão e da visão definidas, os objetivos estratégicos para 2026 são os seguintes: -----

- 4) **Proporcionar aos Municípios melhores condições de vida,** -----
- 5) **Valorizar o território na sua componente interna,** -----
- 6) **Valorizar o território na sua componente externa,** -----
- 7) **Valorizar o território, apoiando a rede de agentes económicos e sociais do concelho,** -----
- 8) **Preservar a identidade territorial e urbanística,** -----
- 6) **Promover uma estratégia de desenvolvimento sustentável,** -----
- 7) **Dinamizar a afirmação concelhia** -----
- 8) **Capacitar o território de infraestruturas turísticas.** -----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2026 e seguintes foram elaborados no sentido da dinamização económica e social, apostando em investimentos suscetíveis de promover a atratividade territorial e de fomentar novos investimentos geradores de mais e melhores oportunidades de emprego no território concelhio e de manutenção da já debilitada economia do nosso Concelho. -----



Felizmente que a situação económica e financeira equilibrada das contas municipais permite avançar com investimentos criteriosos, indispensáveis para garantir a melhoria das infraestruturas e a prestação dos serviços básicos essenciais e canalizar todos os recursos disponíveis para continuar a construir um Concelho moderno, qualificado e atrativo. \_\_\_\_\_

Como é já habitual, contaremos sempre com o saldo de gerência do ano anterior (2025), para reforçar ações e projetos insuficiente dotados no Orçamento Inicial, ou criar novos projetos de oportunidade. Temos consciência dos constrangimentos externos, mas também das opções dos órgãos municipais que em devido tempo deliberaram pela manutenção dos impostos, taxas e preços municipais em valores mínimos. IMI Urbano (0,3); IMI Rústico (0,8), IRS (devolução da participação variável de 5%), taxa de Derrama (0%), Taxa de Direitos de Passagem (0%). Somos um Município com um valor diminuto de receitas próprias. \_\_\_\_\_

**Salientamos os princípios, ações e projetos a que nos propomos, quer de natureza material quer de natureza imaterial:** \_\_\_\_\_

- . Dar continuidade às obras e projetos municipais iniciados, transpondo todos os compromissos assumidos; \_\_\_\_\_
- . Apostar no desenvolvimento económico com a implementação de sistemas e regulamentos criadores de um ambiente favorável ao investimento (RAIEM/ Sabugal Invest); \_\_\_\_\_
- . Desenvolver medidas de apoio à fixação de jovens, nomeadamente no âmbito da habitação; \_\_\_\_\_
- . Elaborar projetos e desenvolver parcerias estratégicas recetoras de fundos e facilitadoras do desenvolvimento (com a ADES e outras do movimento associativo concelhio, nas áreas da agricultura, pecuária, floresta e desenvolvimento rural e turístico); \_\_\_\_\_
- . Modernizar e capacitar o quadro de gestão municipal, promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a proximidade com os munícipes, numa ótica do aproveitamento racionalizado dos recursos disponíveis; \_\_\_\_\_
- . Modernizar a Administração Municipal. (Administração+ Próxima) através de plataformas de acesso a informação para as juntas de freguesia; \_\_\_\_\_
- . Apostar na qualificação dos serviços de proximidade, nomeadamente através da Delegação de Competências e Apoios Diretos às Juntas de Freguesia, reforçando a colaboração com estas, tendo em vista a qualidade de vida nas várias localidades e apoio a projetos dinamizadores da economia local; \_\_\_\_\_
- . Participar na elaboração do Cadastro Simplificado BUPI (Balcão Único do Prédio); \_\_\_\_\_
- . Consolidação de um conjunto/programa de eventos de promoção, animação e comunicação do património, da identidade, das pessoas, das atividades, dos recursos do Concelho; \_\_\_\_\_
- . Valorização dos núcleos históricos, com ações concretas em Sortelha (Plano de animação, promoção e comunicação do PROVERE da AAHP), Alfaiates, Sabugal, Vila do Touro e Vilar Maior. \_\_\_\_\_
- . Desenvolver e implementar o Regulamento do Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal (PIRPES), mecanismo administrativo e financeiro para a reabilitação e recuperação do património edificado. \_\_\_\_\_
- . Manter em funcionamento o Balneário Termal do Cró, dado ser um equipamento fundamental para o desenvolvimento do concelho; \_\_\_\_\_
- . Continuação dos processos de abertura do Sabugal à sua Diáspora e aos processos de aproximação a outros povos e outras culturas (Geminções e Acordos de Cooperação); \_\_\_\_\_
- . Reforçar as relações transfronteiriças, alargar as parcerias e aproveitar todas as oportunidades de colaboração, nomeadamente através das convocatórias do POCTEP, à imagem do projeto em desenvolvimento, Comunidade Rural Digital e do TerPat (Aldeias Históricas e Direção de Património da Junta de Castilla y Leon); \_\_\_\_\_



. Manifestar enorme preocupação social, quer por via dos apoios diretos a situações de risco identificadas, quer no apoio a entidades, associações, ou projetos específicos de intervenção social, quer pelo apoio indireto universal e indiferenciado (ex. passes escolares, livros e material escolar, creches, transportes públicos, subsídio indireta dos serviços municipais, todos eles de reduzida rentabilidade). Pretende-se reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais; -----

. Continuar a garantir à população sénior, pessoas com grau de incapacidade maior ou igual a 60% e aos reformados por invalidez os benefícios previstos no âmbito do Regulamento do Cartão Social que, em traços gerais, visa a melhoria das condições económicas, sociais e culturais dos portadores do cartão; -----

. Continuar a investir no sistema educativo e na qualidade, desde o berçário ao ensino superior, profissional e sénior em todo o território do concelho, como forma de fixação e captação de famílias e população jovem; -----

. Apoiar associações locais na implementação de atividades e projetos diferenciadores, de ocupação de jovens, de promoção do concelho, de valorização de produtos; -----

. Lutar por um serviço de saúde pública com qualidade e de proximidade com os utentes, garantindo de forma complementar outras respostas na área da saúde; -----

. Manter ou alargar o número de protocolos no âmbito do programa Saúde Mais Próxima com as Juntas de Freguesia; -----

. Elaboração/alteração do PARU da ARU da Zona Antiga do Sabugal e Parque Urbano, (Regeneração Rua Dr. Francisco M<sup>o</sup> Manso, Reabilitação de edifício e ampliação parque estacionamento – Largo S. Tiago, Centro de Conhecimento – Escola Primária, Requalificação Rua António José Almeida e Nuno Montemor, Praia Fluvial 3<sup>a</sup> fase. -----

. Infraestruturas de Lazer na Envolvente à Barragem do Sabugal - "Área de Intervenção A1": Parque de Merendas, Parque Seco/Estaleiro de Canoas, acesso motorizado à água, Snack Bar, Cais Flutuante e Equipamento Infantil. -----

. Área de acolhimento empresarial – 2 ZLE (Zona de Localização Empresarial – Alto do Espinhal) -----

. Colónia Agrícola – Pólo de Inovação Agro-Rural – 1.<sup>a</sup> fase, que enquadra um Centro de Desenvolvimento Agroflorestal e assume-se como o instrumento fundamental de desenvolvimento de um setor agrícola e florestal moderno e competitivo, associado também à implementação do Plano de Fomento dos Recursos Cinegéticos e do Plano Integrado de Utilização da Água. -----

. Continuar a implementação de medidas de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Castelos, percursos pedonais e Edifícios Municipais (ESE e ITI - CIM Beiras e Serra da Estrela); -----

. Reforço dos apoios e das ações preventivas no âmbito da Proteção Civil Municipal e no âmbito dos protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Sabugal e Soito; -----

. Apoiar equipas de sapadores florestais em ações de ordenamento florestal; -----

. Manter e qualificar as acessibilidades nas redes viárias municipais do concelho, facilitando o acesso aos transportes, energia e comunicações. -----

## ORÇAMENTO 2026 -----



O **Orçamento** prevê as receitas e as despesas a executar durante o exercício económico, coincidente com o ano civil, e para os quatro exercícios seguintes, é uma previsão da totalidade das receitas correntes e de capital a liquidar e a cobrar e da totalidade das despesas correntes e de capital a realizar. -----

#### **Previsão da Receita**

A previsão das receitas para o próximo ano é de 35.446.205,00 euros e das despesas de 35.446.205,00 euros. A receita corrente deverá atingir um total de 26.263.392,00 euros que suporta a despesa corrente e as amortizações médias (o valor destas suportará despesas de capital). Prevê-se ainda que sejam arrecadados 9.182.814,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 11.903.726,00 euros. -----

Em 2026 prevê-se que a receita municipal seja de 35.446.205,00 euros, representando um aumento de 4.470.696,00 euros relativamente à previsão inicial de 2025. Verifica-se um aumento de 2.902.762,00 euros de receitas correntes e um aumento de 1.567.934,00 euros em receitas de capital. Apenas se regista uma diminuição dos valores relativos aos Impostos Diretos, registando-se aumentos variáveis em todas as outras rubricas. Em relação às transferências correntes o aumento verifica-se quer pelo aumento das Transferências diretas do Orçamento de Estado e também na previsão de valores superiores relativos a candidaturas a Fundos Comunitários. Quanto à Venda de Bens e Serviços Correntes existe um aumento generalizado em quase todas as rubricas, o valor relativo às Rendas das Infraestruturas de Água é superior ao de 2025 pois as negociações com as Águas de Portugal estão bem encaminhadas. O valor das Outras Receitas Correntes é influenciado quer por uma previsão de um maior reembolso do IVA, quer pela recuperação de despesas já pagas e re-faturadas ou a re-faturar à APAL, Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento. Em relação às Receitas de Capital o aumento é influenciado sobretudo pela previsão de um maior volume de comparticipação de bens de investimentos por Fundos Comunitários. -----

Em termos relativos constatamos que a receita corrente representa 74% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 26%. -----

#### **Previsão da Despesa**

A despesa do município em 2026 deverá ser de 35.446.205,00 euros, sendo 23.542.479,00 euros relativos a despesa corrente e 11.903.726,00 euros a despesa de capital, verificando-se um aumento de 4.470.695,00 euros em relação ao previsto para 2025. -----

O aumento das despesas com pessoal resulta sobretudo do aumento dos vencimentos para 2026 e da mudança de posição remuneratório resultante da avaliação dos trabalhadores e da sua antiguidade, bem como de alguns recrutamentos previstos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026. Em relação às Aquisições de Bens e Serviços o aumento regista-se na maioria das rubricas, sendo difícil destacar alguma. A diminuição de valor dos Juros e Outros encargos resulta da cessão dos créditos da dívida à Águas de Portugal que passaram para o BEI.

Quanto ao aumento do valor de Aquisição de Bens de Capital explica-se sobretudo pelas empreitadas previstas, embora também se tenha inscrito alguma despesa para aquisição de equipamentos. O elevado volume de investimentos é possível pela poupança corrente e pela previsão de financiamentos comunitários. -----

No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 66%, enquanto a despesa de capital representa 34% da despesa total. -----

### Grandes Opções do Plano

Nas **Grandes Opções do Plano** são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o **Plano Plurianual de Investimentos** e as **Atividades mais Relevantes** da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2026.

As **Grandes Opções do Plano** para o ano de 2026 incluem despesa definida no montante de 19.806.440,00 euros e ainda 8.435.874,00 euros de despesa a definir (esta despesa será definida por formalização da aprovação de candidatura a fundos nacionais em fase de aprovação, após assinatura de acordos de colaboração já aprovados, por inscrição do Saldo da Gerência de 2025 e por inscrição de Empréstimo de Médio e Longo Prazo que possa vir a ser contratado).

O **Plano Plurianual de Investimentos** para o ano de 2026 inclui despesa definida no valor de 10.448.619,00 euros. Nas **Atividades Mais Relevantes** foi inscrita despesa definida que totaliza 9.357.821,00 euros. Em conjunto os dois documentos preveem um valor total de 19.806.440,00 euros, como já se referiu.

### Anexo 2

#### **Intervenção do Sr. Vereador Paulo Batista**

"O Orçamento Municipal deve ser a concretização financeira de uma estratégia política local, inseparável das **Grandes Opções do Plano** (GOP), que, por sua vez, orientam os investimentos e determinam as prioridades da despesa a concretizar pelo Município.

Do ponto de vista programático, estes documentos devem espelhar uma estratégia de desenvolvimento sustentado, centrada em eixos estruturantes para a valorização do território concelhio.

Centrando a nossa análise no projeto de Orçamento que nos é apresentado, diremos que ele deveria configurar uma visão ambiciosa, fortemente orientada para o investimento e para a consolidação de uma estratégia territorial assente em pilares como a inovação, a sustentabilidade e a competitividade territorial, procurando beneficiar da captação de recursos externos, seja do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), do Portugal 2030 ou de outros instrumentos de financiamento comunitário.

É tida por uma boa prática, aliás muito recomendada, a vinculação desses documentos previsionais à Agenda 2030 das Nações Unidas com alinhamento orçamental aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas concretas, indicadores de desempenho e mecanismos de monitorização pública mensuráveis. Desde já podemos afirmar que o Orçamento do Município do Sabugal não está em linha com essa Agenda 2030 da ONU.

Este projeto de Orçamento para o ano 2026 prevê atingir uma dimensão financeira que julgamos ser a maior de sempre, com receitas e despesas equilibradas no valor de quase 35,5 milhões de euros.

Sabemos, pelos exercícios anteriores mais recentes, que a execução orçamental do Município ronda os 75%, nomeadamente do lado da despesa, com execuções mais elevadas do lado da receita, o que tem possibilitado a acumulação de saldos de gerência que, a par de receitas próprias como a compensação pelos parques eólicos ou, pela, agora conseguida, renda pelas estruturas da água, poderão justificar a aposta num orçamento mais ambicioso. Mas para tal é necessário um novo paradigma que possibilite a efetiva concretização dos projetos que enformam o Orçamento e as **Grandes Opções do Plano**.



Tendo em conta a experiência, duvidamos da capacidade do Município para a execução de mais de 35 milhões, nomeadamente ao nível das despesas de capital, que são apenas 34%. Ainda assim, apraz-nos verificar que houve, em relação ao orçamento de 2025, um acréscimo significativo nas despesas de capital (de 3,5 milhões), maior do que o incremento das despesas correntes (menos de 1 milhão). -----

Mas o problema não é orçamentar, o real problema é executar. -----

Fica desde logo notório que, mais uma vez, existe uma clara predominância das despesas correntes, em detrimento do investimento. Uma maior e clara aposta nas despesas de capital representaria uma real intenção de transformar o concelho, nas infraestruturas, na modernização dos serviços e noutras áreas, constituindo instrumentos de atratividade e coesão. -----

Passando à análise concreta dos planos de investimentos e de outras ações relevantes para o ano 2026 verificamos que o Orçamento não está alinhado com o tão glorificado Plano Estratégico Sabugal 2035, nem sequer com o programa eleitoral do PSD que, aliás, no essencial reproduz o plano estratégico. -----

Ainda que o plano de investimentos para o ano 2026 apresente valores bem maiores do que os que estão previstos para o ano corrente, tal não se traduz em ações estruturais para o desenvolvimento do concelho. -----

Desde logo no investimento e outras ações para uma melhor preservação e exploração da **água** enquanto reserva estratégica do território. Onde estão as ações de comunicação para uma correta utilização da água e onde está a elaboração do Plano Integrado de Utilização Racional da Água? Onde constam as parcerias para exploração dos recursos hídricos ou as infraestruturas da água para criar atratividade económica e lúdica? -----

Notamos que a implantação de estruturas de lazer na envolvente da Albufeira do Sabugal é praticamente o único projeto estruturante neste setor, nada mais se prevendo, nomeadamente quanto ao almejado **centro náutico**, este sim fundamental para se tirar um verdadeiro proveito da albufeira em termos lúdicos e na captação do turismo. A exploração e o armazenamento da água para o desenvolvimento da nossa pecuária está praticamente ausente, ainda que constem 71.955 euros para a elaboração de um projeto para a «rede secundária de abastecimento de água - apoio à atividade agropecuária», nada se prevendo quanto à execução (Obj 08). -----

No que se refere à conservação da Natureza, outra área dita estratégica, a ação é marginal e inconsequente. Por exemplo, na execução do Plano Municipal de **Defesa da Floresta Contra Incêndios**, que é algo de absolutamente essencial, nada de impactante se faz além de avultadas aquisições de material de combate aos fogos – casa roubada trancas à porta – e a afetação de 162.887 euros para infraestruturas de armazenamento de água, para efeitos de proteção civil – julgamos que para pontos de água que permitam o combate a incêndios. -----

Mas, onde está a tão necessária implementação de faixas de interrupção florestal, ou o corte de matos junto aos aglomerados urbanos, por exemplo? -----

Sobre a **valorização das aldeias**, criando as tão emblemáticas Aldeias Inteligentes, com «conteúdos cénicos alusivos à temática da água e ao modo de vida tradicional» (Plano estratégico), nada disso transparece. A elaboração dos Planos de intervenção nas áreas de reabilitação urbana é a única ação palpável, mas pouco ou nada se avança para além da planificação, acreditando-se que a simples entrada em vigor do regulamento dos incentivos à reabilitação urbana criará o caminho para esse objetivo. Porém, para o ano 2026 o programa de incentivos à recuperação de edifícios tem um valor absolutamente marginal de apenas 10 mil euros... Onde está a promoção dos edifícios degradados nas aldeias, a recuperação das fontes e chafarizes e de outro património valorativo das nossas terras? -----

Para o programa Aldeias com Vida, de reabilitação de lugares para vivência intergeracional, preveem-se 98 mil euros em 2026, o que é manifestamente insuficiente para esta aposta. -----



E quanto ao **Turismo**? Que promoção se quer fazer para tirar partido das nossas potencialidades? Nada transparece acerca da concessão da exploração das Termas do Cró, por exemplo, ou a propalada revitalização do espaço envolvente às termas. Aliás, para as termas estão previstos 620 mil euros por ano para serviços especializados que antevemos ser a continuidade do malfadado contrato de gestão que tem estado em vigor, sem o Município assumir claramente a concessão da exploração ou a sua gestão direta. Repare-se que vão gastar-se nas Termas do Cró 1.330.380 euros – 662.523 (PI Inv) + 677.857 (PI Act Rel). Isto apenas se justifica se houver avanços na melhoria da exploração das termas, o que implicaria uma efetiva concessão que não se perspetiva. -----

E quanto à **Colónia Agrícola** Martim Rei e à instalação do Polo de Inovação agro-rural, cujo plano foi aprovado na última reunião, prevê-se meio milhão de euros para a reabilitação de um edifício, sem outras medidas necessárias. Nada sobre a criação de um centro de calibragem, embalamento e comercialização dos produtos agrícolas, nem sobre o centro de compostagem, a ampliação dos parques de reprodução de espécies cinegéticas, nem sobre a modernização do Parque de Leilões. Não transparece uma verdadeira aposta na Colónia como espaço de referência para apoio ao desenvolvimento agrícola. -----

No **apoio às empresas** e ao investimento privado, nada de inovador aparece no orçamento, tirando o uso dos instrumentos que estão em vigor e que são manifestamente insuficientes. A implementação do parque empresarial do Sabugal, no Alto do Espinhal, é a única obra palpável nesta área. Pouco ou nada sobre a adaptação de edifícios para acolher projetos de base tecnológica, zero para a propalada criação do Parque de Feiras Empresariais transfronteiriço ou para serviços de apoio ao Empreendedorismo Agrícola, Industrial, Turístico, de Tecnologia e Serviços. -----

E sobre a prometida transformação do programa **Sabugal Investe** em agência de Desenvolvimento Económico? Nada transparece sobre a capacitação técnica para o efeito, nem sobre a aposta na criação de parcerias para a atração e cooperação entre investidores ou a dinamização de iniciativas empreendedoras de base local, a cooperação estreita com as Instituições de Ensino Superior e Centros de conhecimento, a organização de missões empresariais ou um claro investimento na melhoria das condições logísticas de acolhimento de empresas nas Áreas de Acolhimento Empresarial do Sabugal – vai-se executar a obra de urbanização do parque empresarial e nada mais.

Sobre a **área social** e, em especial o estratégico Programa Integrado de Economia Sénior, nada de novo. Nada se prevê, que notemos, para a criação da emblemática Aldeia do Moinho para doentes de Alzheimer e a criação de uma unidade de Investigação & Desenvolvimento para estudar esta doença... conforme o plano estratégico. O mesmo sobre a construção de estruturas de alojamento adaptadas ou a criação de unidades de Apoio especializadas de assistência médica e social; -----

No que se refere às **acessibilidades**, um dos problemas estruturais do concelho, nada se adianta que contribua para nos aproximar das autoestradas e das grandes cidades da região. Para a requalificação da estrada Sabugal-Guarda prevê-se o projeto, que já estava previsto em 2025, o que faz concluir que, afinal, o projeto não está pronto. Será que o vamos ter no próximo ano? E poderá haver pareceres e outras burocracias impeditivas de a obra avançar. Quanto à ligação A23-Fronteira, projeto quer já foi considerado estruturante e no qual já se derreteu muito dinheiro, não há vestígios dele, pelo que concluímos que o Município desistiu dele definitivamente... Já a prometida ligação à Estremadura espanhola, via Vila Verde del Fresno, aponta-se, pasme-se, para 2031 e anos seguintes!! -----

E sobre a **habitação**? Para além do projeto de loteamento do espaço onde agora se faz o mercado do Sabugal, nada mais se agiganta. Onde está a rubrica que sustenta a criação da bolsa de casas, associada à Elaboração da Carta Municipal de Habitação para fazer face às significativas carências da oferta de casas? -----



Obras emblemáticas e tão propagandeadas como ações prestes a avançar, ficam-se, afinal para 2027 ou 2028. Falamos do Etnocentro "Casa da Memória", do Parque Multiusos do Sabugal ou do Centro do Conhecimento. -----

Há intenções de investimento que se repetem dos exercícios anteriores, por não terem sido concretizadas: -----

- Jardim infantil do Sabugal -----
- Centro interpretativo de azeite -----
- Centro do conhecimento -----
- Requalificação de artérias na cidade do Sabugal -----
- Beneficiação de estradas municipais -----
- Caminho das pedras d'água -----
- Zona de localização empresarial do Sabugal -----

Assinalamos com preocupação a escassa dimensão das delegações de competências nas **Juntas de Freguesia**, que no seu todo atingem apenas 790 mil euros. Aliás as transferências para as JF diminuem face ao ano 2025. -----

Nas atividades relevantes destacam-se os encargos resultantes de **dívidas** do município: mais de 1,2 milhões entre as amortizações de dívidas e o encargo com a dívida da água. -----

Ao contrário do que é referido no relatório do orçamento, não é com estas opções que se constrói um concelho moderno, qualificado e atrativo. Este não seria o nosso orçamento. Falta-lhe rigor e, sobretudo, ambição, pelo que iremos votar contra." -----

Anexo 3

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Barros

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Declaração de Voto relativa às propostas de Orçamento para 2026**

**e Grandes Opções do Plano para 2026**

**Reunião de Câmara Extraordinária de 15 de Dezembro de 2025**

O Vereador do Partido Chega na Câmara Municipal do Sabugal, Francisco Morais Esteves de Barros, votou contra a proposta de Orçamento para 2026 e a proposta de Grandes Opções do Plano para 2026 por não se rever e discordar dos documentos apresentados pelo Presidente da Câmara.

Reconhecendo a legitimidade política do Presidente e Vereadores com pelouro para a apresentação daqueles documentos e respectivas opções, o Vereador do Partido Chega discorda substantivamente das soluções propostas por as considerar desadequadas para o Concelho do Sabugal e por, mais uma vez, o Presidente de Câmara apresentar uma proposta de orçamento em que as despesas correntes (€23.542.476,00) representam 66,42% da despesa total (€35.446.205,00).

Esta situação cria enormes constrangimentos ao investimento da Câmara para satisfação das necessidades dos Sabugalenses e para o desenvolvimento do Concelho, e que será extremamente agravada nos anos seguintes.

No curto prazo, conforme os dados apresentados na proposta de orçamento, as receitas totais cairão, já em 2027, para €28.998.278,00 o que significa que as despesas correntes serão mais de 81% do orçamento e, em 2030, as despesas correntes representarão mais de 86% da despesa total.

O voto contra do Vereador do Partido Chega às propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano também se fundamenta nos custos com pessoal, que



2

representam 26,1% do orçamento, para 305 colaboradores em funções dos 370 previsto pelo quadro de pessoal, o que, sendo providos todos estes lugares, levará a um acréscimo dos custos em valor absoluto e, com a redução de receitas prevista no orçamento plurianual, implica um forte aumento do peso dos custos com pessoal nos orçamentos futuros.

**Termos e fundamentos que levaram a que o Vereador do Partido Chega tenha votado contra as referidas propostas de Orçamento para 2026 e de Grandes Opções do Plano para 2026.**

Sabugal, 15 de Dezembro de 2025

O Vereador do Partido Chega

(Francisco Morais Esteves de Barros)



Assinado por: Francisco Morais  
Esteves de Barros  
Identificação: B10C895C82  
Data: 2025-12-16 às 12:46:23

**Anexo 4**

**Intervenção do Sr. Vereador José Barros**

"As Grandes Opções do Plano, intrinsecamente ligadas ao Orçamento Municipal, é o documento estratégico do Município, dando verdadeira expressão à Missão, à Visão, aos Valores e aos Objetivos de fundo que apontam o caminho para o desenvolvimento local. -----

Analisámo-las a partir dos dois instrumentos essenciais – o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano das Atividades Mais Relevantes, procurando encontrara nelas os projetos e os programas que, ao longo do tempo nos garantam o desenvolvimento estrutural que necessitamos e nos evidenciem a coerência financeira e estratégica da gestão municipal. -----

Olhando em pormenor para as GOP's que nos são apresentadas para análise e votação, não vislumbramos, como seria se supor, para onde o Município do Sabugal quer ir e como planeia lá chegar nos próximos anos. Os investimentos previstos e a ações concretas a executar não estão em linha com o tão proclamado documento estruturador do futuro do concelho do Sabugal – o Plano Estratégico Sabugal 2035, recentemente reformulado e, disseram-nos, adaptado aos novos desafios do futuro do nosso território. -----

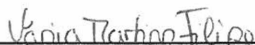
O projeto de GOP's que nos é apresentado, ainda que seja por definição um documento flexível, não nos dá a perspetiva de um caminho seguro para o desenvolvimento do concelho, por não projetar para o futuro os investimentos e as ações relevantes necessárias. -----

Nestes termos, votamos contra Grandes Opções do Plano 2026-2031 por não nos revermos no caminho de futuro que ali é apontado." -----

O Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_

  
Vítor Manuel Dias Pregoça

A Técnica Superior, \_\_\_\_\_



Vânia Martins Filipe